



O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO NO MAGISTÉRIO BRASILEIRO

Bruna Gomes de Oliveira Dornelas¹

brunagoliveira2009@hotmail.com

José Hélcio Alves Porto²

josehelcioporto@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho está inserido na temática GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO, tendo como ponto central a ideia de feminização do magistério sobretudo nos séculos XIX e XX. O que vamos explicar é a ideia de que as mulheres desde sempre serão utilizadas pelo sistema para a afirmação de seu lugar na sociedade, sendo essa mulher a responsável pelo sucesso da formação do cidadão bom e obediente da época. A pesquisa trata da presença da mulher na história da educação brasileira.

O aumento gradual dos efetivos femininos na rede escolar pública ocorreu durante o século XIX, quando estatisticamente havia uma menina para cada três alunos nas escolas públicas a o final do referido século. A criação das escolas “mistas” regidas por professoras no final do Império, fez aumentar significativamente o contrato de mulheres. Houve a regulamentação da carreira do magistério durante os governos provinciais e o estabelecimento de escolas normais para a formação de professoras (as) nas últimas décadas do período imperial, que passaram a ser frequentadas quase que exclusivamente por moças.

Apesar da construção socialmente feita deste imaginário da profissão – ‘mulher professorinha’ – permanecia ‘o lar’ a função principal feminina. E nas escolas normais a realidade para este público era o currículo que oferecia, ao lado de disciplinas como Gramática, Geografia, Pedagogia, Metodologia, etc... outras disciplinas como Costura, Trabalho de Agulha, Corte de Roupa Branca e Bordados Brancos de Lã que bem demonstram o tipo de formação para os mestres direcionada especificamente para as mulheres.

Apanhado Histórico do Legado Educacional do século XX no Brasil

O século XX não se tornou o século das luzes como era esperado. No Brasil o que vemos é que a educação ainda não chegou para todos. A diferença de classes, a segregação de negros e brancos ainda é uma das principais dicotomias do acesso a esse direito. Ainda no século XIX foi ensaiado um modelo de escola pública obrigatória, gratuita e laica.

Saviane divide a História da Escola Pública Brasileira em duas etapas:



1º Etapa constituída pelas

- Encolas Publicas Religiosas (Jesuitas)
- Aulas Regias e As Reformas Pombalinas
- Educação Dirigida pelo Império

2º Etapa Constitui-se

- As Reformas Educacionais Ocorridas em 1890 com o Advento da Republica
- Implantação das Escolas Primarias Graduadas
- Regulamentação Nacional das Escolas Superiores as Chamadas Reformas Capanema e a 1º LDB
- E a ultima em 1996 com a instauração da LDB 9394/96

Contudo em todas as etapas elencadas por acima por Saviane a participação Feminina foi de grande importância para que as reformas acontecessem dentro da “Ordem vigente”.

Algumas conquistas femininas no Brasil e no mundo

1827 - Surgiu a primeira lei sobre educação das mulheres, permitindo que frequentassem as escolas elementares. Instituições de ensino mais adiantado ainda eram proibidas a elas.

1879 - As mulheres têm autorização do governo para estudar em instituições de ensino superior; mas as que seguiam este caminho eram criticadas pela sociedade.

1932 - Getúlio Vargas promulga o novo Código Eleitoral, garantindo finalmente o direito de voto às mulheres brasileiras.

1945 - A igualdade de direitos entre homens e mulheres é reconhecida em documento internacional, através da Carta das Nações Unidas.

1951 - Aprovada pela Organização Internacional do Trabalho a igualdade de remuneração entre trabalho masculino e feminino para função igual.

1985 - Surge a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher - DEAM (SP) e muitas são implantadas em outros estados brasileiros. Ainda neste ano, com a Nova República, a Câmara dos Deputados aprova o Projeto de Lei que criou o Conselho.

1996 - A escritora Nélida Piñon é a primeira mulher a ocupar a presidência da Academia Brasileira de Letras. Exerce o cargo até 1997 e é membro da ABL desde 1990.

Missão, Vocação ou Destino?

O magistério foi desde o principio no Brasil uma profissão ideologizada como dever sagrado e missão feminina por incorporar os atributos da maternidade e cuidados alusivos a família. Era colocada nas mãos femininas a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os bons costumes dos alunos.



Ela fazia o papel de Mãe, Tia, Irmã mais velha dentre tantos outros personagens capazes de fazer ligações emotivas para o aluno. Educar era antes de mais nada um ATO DE AMOR.

As escolas, sobretudo as de primeiras letras no início do século XIX funcionavam muitas vezes na própria casa da professora fazendo com o que o aluno se tornasse parte do ambiente familiar da mesma.

Essa visão de vocação para o magistério veio no final do século XIX, onde a visão de que a ESCOLA QUE EDUCA ,AMPARA DOMESTICA ,CUIDA E AMA, foi disseminada.

A constituição delicada das mulheres, perfeitamente apropriada à sua destinação principal de perpetuar a espécie, de velar com solícitude nos primeiros tempos perigosos dos primeiros anos [...]; sua constituição as limita aos trabalhos em casa, ao sedentarismo que esses trabalhos exigem. Levar as mulheres ao meio dos homens e seu trabalho é fazer com que eles percam todo o seu império. Sem dúvida, a mulher deve reinar no interior de sua casa, que deve fazer sua felicidade sua glória. Em qualquer outro lugar ela estaria deslocada. (Apud LELIÈVRE, F.;LELIÈVRE, C., 1991, p. 36).

Em contra ponto essa feminização afastou os homens da atuação como professores onde os mesmos buscavam outras opções de profissões na estrutura hierárquica, sendo esses conduzidos para empregos de “MACHOS” dentro da própria escola como Gestores, Fiscais Escolares e Supervisores.

No Brasil, a “feminização” da profissão ocorre no momento em que o Estado conseguiu tomar a si a organização e o controle do ensino, através de uma legislação a princípio provincial e posteriormente estadual, e através da organização da rede escolar pública em estabelecimentos próprios em forma dos grupos escolares. Entretanto, neste processo a mulher ficará fora dos postos de comando, nenhuma será nomeada supervisora, diretora (casos raros) ou para cargos equivalentes ao de secretário de educação: comando masculino, trabalho feminino.

A visão Machista da época pregava que o trabalho intelectual não deveria existir para as mulheres estas ficariam fadadas e limitadas apenas as prendas domésticas e do magistério.

Segundo a historiadora Guacira Louro, contudo, prevaleceu nesse período, em todo o país, a concepção de que a afetividade constituía um instrumento educativo fundamental, idéia facilmente compreendida quando em contato com as fontes primárias por mim estudadas: nas crônicas deixadas pelas irmãs os momentos de comunhão com as alunas em festas e jogos aparecem sempre como alegres e descontraídos, e as menções que fazem às meninas são sempre acompanhadas de palavras doces.

Porém com o advento da Republica as mulheres passaram a figurar o papel de gestora de uma nova sociedade ,visto que o processo de Universalizar o ensino era um dos pilares para o fortalecimento dessa nova etapa da história Brasileira.

Nesse contexto muitas jovens órfãs eram induzidas ao magistério, as educandas recebiam esse ensino gratuitamente porém eram obrigada após o termino do curso de lecionar para o governo.

O século XX despertou entre os liberais republicanos a ideia de **Educação como Salvação da Sociedade**.



Durante o século XX o magistério representou basicamente a única carreira aberta as mulheres ,apesar de algumas procurarem a enfermagem. A busca por uma profissão “Feminina” seria a garantia de não ficar desempregada visto que as demais profissões eram de exclusividade masculina.

CARACTERÍSTICAS DE UMA BOA PROFESSORAS E PRE REQUISITOS PARA EXERCER A FUNÇÃO NO SECULO XIX

O trabalho para as mulheres de classe média dominante era permitido e aceito desde que:

- Apresentasse Necessidade Extrema
- Fosse Viúva
- Tivesse falência da Família comprovada
- Idade maior de 18 anos
- Não ter defeito físico ou moléstia contagiosa
- As mulheres divorciadas deveriam apresentar a certidão de divórcio
- Atestado de Batismo
- Tinha que propagar a fé cristã
- A boa conduta civil e religiosa se sobressaía das demais.

Um dos pensamentos da época dizia que *“A mulher não poderia concorrer com o homem, isso era ultrapassar os limites da segurança social”*, a instrução feminina passava a ser desejável desde que fossem regulamentadas e dirigidas no sentido de não oferecer riscos sociais.

Michelet (1995) associa a mulher à natureza e o homem à cultura: “a natureza é severa para com as mulheres [...] e favorece o macho”. Mas, em várias obras³ deixa evidente a estima que dedicou às mulheres, exaltando o seu papel, apresentando-as idealizadas como mães que alimentam e sustentam o mundo e companheiras mediadoras do amor. A mulher torna-se a pedra fundamental de toda a sociedade, pois, educando a criança, forma o homem.

Para as mulheres ingressarem na Escola Normal também haviam exigências peculiares:

- Verificação da Idade (Normalmente entre 15 ou mais anos)
- Inteligência e Personalidade
- Saúde
- Autorização do pai ou do marido

A exigência do celibato para que as mulheres pudessem exercer a função de professoras do ensino público estava proposta no Estatuto da Instrução Pública nos seus artigos de 22 a 25, apresentada pelo diretor Anísio Brito. Segundo aquela proposta, as professoras tinham que ser solteiras ou viúvas e caso viessem a contrair matrimônio perderiam imediatamente o cargo para o qual tinham sido nomeadas (1996, p.92-94)

A vitória do catolicismo e a oficialização da separação dos sexos com a Reforma Capanema em 1942 trouxe a velha prática para separação do ensino, onde as Meninas eram voltadas para educação doméstica e os Meninos voltados numa educação para o mundo.



A jornada de trabalho das mulheres nesse período era diferenciada dos homens visto que as mesmas também tomassem conta dos afazeres domésticos.

As mulheres viam no magistério uma saída para a liberdade econômica e social, onde as mesmas passavam do *INVISIVEL PARA A VISIBILIDADE*.

MUDANÇAS NA ESCOLA EM 1960

Nesse período as escolas públicas começam a entrar em expansão, abrem as portas para os filhos dos trabalhadores e define o trabalho feminino como forma da mulher alcançar estabilidade econômica.

É nesse contexto que a palavra **GÊNERO** começa a ser usada, onde ressalta o paradigma de igualdade na diferença.

Entretanto mesmo com avanços nas ideias de igualdade de gênero a sociedade ainda via o estudo como uma preparação para o casamento, e caso não casassem seria uma forma de sustento para as mesmas.

O “problema” da mulher trabalhadora era ser ela mesma uma anomalia num mundo onde o trabalho assalariado e responsabilidades familiares se tinham tornado ocupações a tempo inteiro e especialmente diferenciadas. A “causa” do problema era inevitável, um processo de desenvolvimento industrial capitalista com uma lógica própria. (SCOTT, 1994, p. 444)

“Professora sim tia não”, Uma indagação acerca da Visão de Paulo Freire.

Professora sim, tia não – Cartas a quem ousa ensinar.

Vivemos um tempo de crise do valor atribuído ao professor. Sabe-se da importância inalienável de Paulo Freire para esta questão, seja em sua prática ou na sua escrita.

O livro “professora sim, tia não”, de Paulo Freire trás principalmente aos pedagogos, futuros educadores a importância da profissão e o quanto é fundamental o uso do termo professor e professora.. O termo tia, usado por tantos alunos quando se referem ao educador é, de certa forma, a diminuição da função e do profissionalismo do educador.

Em sua análise sobre Professora, sim, tia, não, apresenta sobre tudo duas razões. De um lado o de evitar uma compreensão distorcida sobre a tarefa profissional do professor. De outro, o de ocultar a ideologia repousada na falsa identificação. A tentativa de reduzir a professora à condição de tia é uma inocente armadilha ideológica em que, tentando-se dar a ilusão de adocicar a vida da professora, o que se tenta é amaciar a sua capacidade de luta, entretê-la no exercício de tarefas fundamentais (p.25).

Paulo Freire deixa bem claro que a política e seus governantes são os indivíduos que menos se preocupam com a classe educacional, pois dão preferência a prédios esteticamente bonitos, do que o corpo docente que fazem parte do desenvolvimento cognitivo e moral dos educando.



Todos nós temos o direito e dever de lutar pela liberdade de sermos nós mesmos, para isso é importante conhecer as implicações escondida no vício ideológico que envolve a redução da professora a tia, "Ser professora implica assumir uma profissão enquanto não se é tia por profissão." . Recusar a identificação da figura do professor com a da tia não significa, de modo algum, diminuir ou menosprezar a figura da tia, da mesma forma como aceitar a identificação não traduz nenhuma valorização à lei. Significa, pelo contrário, retirar algo fundamental à professor: sua responsabilidade profissional de que faz parte a exigência política por sua formação permanente.

Enfim, nessa obra, Paulo Freire vem a enfatizar a importância de que professores se conscientizem e se desvinculem da ideologia que manhosamente quer distorcer sua tarefa profissional. Assim, esclarece, orienta e incentiva professoras e professores a assumirem o papel político-social que desempenham. Sendo a educação um ato político, o qual requer comprometimento tanto na luta política, quanto nas reivindicações do corpo docente e na formação de cidadãos realmente críticos e atuantes

“A recusa, a meu ver, se deve, sobretudo duas razões principais. De um lado, evitar uma compreensão distorcida da tarefa profissional da professora, de outro, desocultar a sombra ideológica repousando manhosamente na intimidade da falsa identificação. Identificar professora com tia, o que foi e vem sendo ainda enfatizado, sobretudo na rede privada em todo o país, quase como proclamar que professoras, como boas tias, não devem brigar, não devem rebelar-se, não devem fazer greve. O ideal será quando, não importando qual seja a política da administração, progressista ou reacionária, as professoras se definam sempre como professoras.” (Paulo Freire pag 244)

REFERÊNCIAS:

FREIRE, PAULO Professora Sim Tia Não - Cartas a Quem Ousa Ensinar, Editora: Olha D'água 1993

ARANHA, M. L.ARRUDA. Filosofia da educação. In: Unidade III; Educação da mulher. 2ªed. São Paulo : Moderna, 1996.(pág.90-98)

LOPES, Eliane Marta Teixeira. FARIA FILHO, Luciano Mendes. Veiga, Cynthia Greive, orgs. 500 anos de educação no Brasil. In: Maria Beatriz Nizza da Silva. A educação da mulher e da criança no Brasil colônia. 3 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2003. (pág. 131-145)

LOPES, Eliane Marta Teixeira. FARIA FILHO, Luciano Mendes. Veiga, Cynthia Greive, orgs. 500 anos de educação no Brasil. In: Diana Gonçalves Vidal/Marília Pinto de Carvalho. Mulheres e magistério primário: tensões, ambigüidades e deslocamentos. 3 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2003. (pág. 205-224)

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Vestígios da educação feminina no século XVIII em Portugal. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

LELIÈVRE, Françoise; LELIÈVRE, Claude. Histoire de la scolarisation des filles. France : Nathan, 1991..



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Louro, G. L. Mulheres da sala de aula. In: Del Priori, M. (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

